

DESPECUARIZAÇÃO ESPACIAL EM URUGUAIANA - RS:
A CULTURA DO ARROZ E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

* Cesar De David

** Meri Lourdes Bezzi

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte integrante de um trabalho maior denominado "O Processo de Despecuarização Espacial em Uruguaiana-RS"¹.

O objetivo principal dessa pesquisa foi analisar o desenvolvimento da rizicultura e as transformações espaciais produzidas pela modernização da agricultura no município de Uruguaiana - RS.

Desse modo, para atingir o objetivo proposto, necessário se fez resgatar o processo de ocupação do espaço rural gaúcho, a fim de apreender o contexto histórico responsável pela materialização no espaço da modernização agrícola e da própria despecuarização espacial.

* Licenciado em Geografia (UFSM) e aluno do Curso de Pós-Graduação em Geociências - Especialização (UFSM).

** Professora do Departamento de Geociências - UFSM (Santa Maria - RS)

¹ - Publicado na revista Geografia: Ensino & Pesquisa, nº 4, 1990.

ANÁLISE EVOLUTIVA DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul foi descoberto no início do século XVI, em virtude das expedições litorâneas que tinham por objetivo a exploração e a comercialização do pau-brasil. Todavia a exploração econômica foi retardada por mais de um século, pois, segundo COSTA (1988: 31):

"O verdadeiro 'deserto' de dunas e campinas na costa entre Laguna e o Prata retardou a fixação humana na região hoje compreendida pelo Rio Grande do Sul. No interior, à exceção do gado chimarrão (selvagem) deixado à solta após a expulsão dos jesuítas pelos bandeirantes, e dos índios tomados como escravos, nenhum interesse econômico relevante incentivava a ocupação. Além disso o próprio clima não era apropriado aos cultivos tropicais que interessavam à economia mercantil européia".

A partir do século XVII, os colonizadores tomaram interesse pelo Rio Grande do Sul, porque passaram a aprisionar índios que já se encontravam aldeados nas Missões Jesuíticas. O objetivo era vendê-los, como mão-de-obra escrava, nas regiões agrícolas da Colônia, principalmente naquelas que cultivavam a cana-de-açúcar.

Esse trabalho foi realizado pelos bandeirantes paulistas, que atacavam as reduções indígenas estabelecidas pelos missionários da Companhia de Jesus, em território espanhol, o que tornou essa região uma zona de constantes litígios.

As Missões Jesuíticas fixadas no Paraguai penetraram no Rio Grande do Sul, para escaparem das bandeiras paulistas, e estabeleceram-se na chamada Zona do "Tape", em 1626.

Devido à atuação constante dos bandeirantes nessa

região, as reduções indígenas não tiveram longa duração, pois os paulistas, à procura de índios, forçaram a retirada dos jesuítas espanhóis para a margem direita do rio Uruguai.

O gado dos missionários jesuítas dispersou-se pelos campos gaúchos, constituindo a chamada "Vacaria do Mar", situada ao sul da bacia do camaquã. A dispersão do gado lançou as bases da economia gaúcha: a preia do gado xucro.

A Colônia do Sacramento, fundada por portugueses em 1680, na fronteira com Buenos Aires, reperesentou o grande interesse da Coroa na região do Prata, tanto como área estratégica de dominação da região, como por facilitar a manutenção do comércio ilícito. A Colônia do Sacramento também proporcionou o conhecimento das reservas de gado da Vacaria do Mar por parte dos portugueses.

Com a fundação, em 1682, dos "Sete Povos das Missões", os jesuítas perceberam a devastação do rebanho da Vacaria do Mar e formaram uma nova reserva de gado a nordeste do Rio Grande do Sul, constituindo a chamada "Vacaria dos Pinhais".

Os jesuítas foram expulsos da América em 1768, pois constituíam uma ameaça às monarquias européias, mas as reservas de gado permaneceram com grande importância, principalmente pelo início do ciclo do ouro no interior da colônia.

O Rio Grande do Sul passou a fornecer animais de carga e gado de corte para a região mineradora. Segundo BEZZI (1985:17):

"O apresamento e a condução de mulas e bois em pé, proporcionando um fluxo significativo de bens oriundos do Rio Grande do Sul, destinados a satisfazerem as necessidades de alimentação e de transporte no centro do

país, constituíram-se no primeiro elo de ligação do estado com as atividades econômicas nacionalmente preponderantes".

Com a finalidade de garantir a posse do território e de frear a devastação do gado, a Coroa Portuguesa começou, a partir do século XVIII, a doação de sesmarias.

Essa distribuição não ocorreu de forma semelhante ao que foi feito em outras regiões do País, onde as doações levavam em consideração as posses pessoais; no Rio Grande do Sul, as terras foram doadas a militares e tropeiros enriquecidos. (FEE, 1978)

Conforme PESAVENTO (1982: 15):

"As sesmarias eram terras devolutas, medindo em regra 3 léguas por 1 légua (cerca de 13000 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandaí aos Campos de Viamão, passando por Gravataí e um pouco mais ao sul, acompanhando o caminho dos tropeiros no exíguo Rio Grande português da época".

Com a decadência da mineração no centro do País, no final do século XVIII, a economia rio-grandense não sofreu grandes prejuízos, pois outros produtos comerciais assumiram importância, como o trigo e o charque.

O cultivo do trigo foi introduzido no Rio Grande do Sul pelos imigrantes açorianos chegados na metade do século XVIII.

A respeito dos açorianos, a FEE (1987: 27) destaca que:

"A estes, aquinhoados com 'datas' de terras, restara apenas a alternativa de voltar-se ao cultivo do solo. Praticando inicialmente culturas de subsistência, dedicaram-se também ao cultivo de alguns produtos, entre os quais o trigo, que assumiu uma posição de destaque".

Embora tivesse um importante papel no comércio colonial, essa cultura não sobreviveu por muito tempo, no Estado, devido ao

desamparo oficial, à concorrência do trigo estrangeiro e à praga da ferrugem. Todos esses fatores foram, pois, responsáveis pela queda do cultivo do trigo no Rio Grande do Sul.

Além do trigo, o charque não só amparou a economia rio-grandense após a decadência da mineração, como também proporcionou o fortalecimento da economia pecuarista baseada na grande propriedade.

Segundo a FEE (1978: 28):

" Com o surgimento da agroindústria do charque, abriram-se novas perspectivas para a pecuária tradicional do Estado, que viu ratificada a estrutura fundiária a ela subjacente".

O crescimento das charqueadas e da pecuária promoveu a ascensão da classe pecuarista, que passou a atuar também no plano político, surgindo conflitos entre representantes da Coroa e os pecuaristas. Conforme a FEE (1978: 28):

"O caráter subalterno da economia gaúcha tornou-se evidente, bastando lembrar os conflitos, quanto à política fiscal, entre a oligarquia nacionalmente dominante (interessada na redução do preço do charque, destinado à alimentação dos escravos) e as lideranças rio-grandenses vinculadas à pecuária, que propugnavam pelo protecionismo alfandegário para o seu produto".

Com o desenvolvimento do ciclo do café no sudeste do País, tornou-se necessária a importação de produtos alimentícios de outras regiões, uma vez que os cafezais, por terem seu produto altamente valorizado no mercado externo, ocupavam toda a área agrícola disponível.

Desse modo, o Rio Grande do Sul foi a alternativa encontrada para o abastecimento alimentar, através de seus

produtos coloniais.

Porém, segundo BEZZI (1985) esses produtos deveriam satisfazer a seguinte condição: uma vez garantida a reprodução da força de trabalho, manter os preços baixos, contendo, assim, os índices salariais; dessa forma, seria mantida a concorrência de preços internacionais e a garantia de lucros elevados aos cafeicultores.

Com a abolição da escravatura, a mão-de-obra escrava cedeu lugar à assalariada, representada, inicialmente, pelos imigrantes alemães (1824) e, posteriormente, pelos italianos (1875), que proporcionaram ao Rio Grande do Sul a adaptação ao modelo econômico nacional do século XIX, ou seja, a alta produtividade baseada na intensidade do uso do fator trabalho. (BEZZI, 1985)

A imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul, durante o século XIX, foi marcada pela pequena propriedade, mão-de-obra familiar e pela produção de subsistência, manifestada pela agricultura e pecuária leiteira, das quais somente o excedente era comercializado. A esse modo de produção chamou-se agropecuária colonial.

Segundo BEZZI (1985: 24):

"... o advento de imigração estrangeira para o Rio Grande do Sul foi capaz de atenuar em nível de economia provincial, a relativa estagnação que atravessa a pecuária sulina. O progressivo crescimento dos produtos coloniais na pauta das exportações, nos quais continuavam preponderando os tradicionais produtos pecuários, contribui para que na virada do século o Rio Grande do Sul fosse cognominado 'Celeiro do País'".

Desse modo, o Rio Grande do Sul entrou no século XX com dois modos de produção distintos: a pecuária tradicional e a agricultura colonial, aquela baseada no latifúndio e esta na pequena propriedade.

COSTA (1988: 50) analisa as relações do Rio Grande do Sul com o restante do País como:

"aliado à política agrícola do governo, o papel do Rio Grande do Sul na divisão interregional do trabalho como 'Celeiro do País', periférico em relação ao centro econômico estruturado no Sudeste, produzindo alimentos para abastecer sua força de trabalho ou gêneros primários de exportação para financiar os investimentos em sua indústria".

Assim, ambas as formas de produção, pecuária tradicional e agropecuária colonial, mantiveram uma estreita semelhança, ou seja, uma situação periférico-dependente. (BEZZI, 1985)

Entretanto, com o processo de industrialização do País, a agricultura gaúcha, além de manter a força de trabalho do Sudeste, passou também a exercer a função de exportadora de matérias-primas.

Para tanto, necessário se fez que o meio rural gaúcho se modernizasse, a fim de acompanhar as exigências do mercado. Essa modernização da agricultura deu origem a um novo segmento produtivo: a lavoura empresarial.

Conforme a FEE (1978: 30):

"A evolução do capitalismo de bases urbano-industriais no Brasil, subjugando a agricultura e imprimindo-lhe cada vez mais os rumos do seu desenvolvimento, passou também a moldar o meio rural à sua própria imagem. No Estado, a 'industrialização' da agricultura teve início com a emergência da

lavoura empresarial".

A forma de produção capitalista surgiu, no Estado, com o cultivo do arroz e do trigo, para cumprir a função de manter os custos de reprodução da força de trabalho e de atender à crescente demanda interna do produto.

Procurando explicar a penetração da lavoura empresarial, pode-se afirmar que seu primeiro momento ocorreu a partir de 1930 e da 1ª Guerra Mundial, quando a agricultura empresarial passou a controlar e a modificar o processo produtivo vigente até o momento.

É com o modelo econômico de substituição de importações via industrialização que a lavoura empresarial adquiriu maior importância na economia estadual. Segundo BEZZI (1985: 27):

"O início da transformação ocorre com a ascensão do trigo como produto de destaque e de vanguarda em termos de produção e também em termos de incentivos governamentais".

A triticultura passou a assumir maior importância nessa fase da lavoura empresarial, quanto a produção e a comercialização receberam a aplicação de técnicas capitalistas.

A forma capitalista de produção agrícola foi responsável pela comercialização de produtos alimentícios e matérias-primas para o mercado interno, principalmente a região Sudeste, a fim de manter a reprodução da força de trabalho e poupar divisas, beneficiando, assim, o setor urbano-industrial.

No período 1956-68, ocorreu a estagnação da lavoura empresarial devido à mudança no padrão de acumulação para bens de consumo duráveis. (FEE, 1978)

A crise na agricultura gaúcha, nesse período, provocou a decadência parcial do trigo, mas a rizicultura não sofreu muito

com essa estagnação devido a três fatores: (1) como já havia alcançado um elevado nível tecnológico, a maturidade da produção foi capaz de suportar a mudança no padrão nacional de acumulação; (2) por existirem preços mínimos e estoques reguladores, foi garantido o abastecimento do mercado interno; (3) os grandes produtores mundiais não tiveram influência no mercado nacional. (FEE, 1978)

Esse pequeno crescimento do cultivo do arroz ocorreu devido a esse produto ser mantenedor da reprodução da força de trabalho urbano-industrial.

No final desse período, a modernização se difundiu a todas as áreas agrícolas do Rio Grande do Sul, e o uso de corretivos e fertilizantes foi avançando e incorporando as terras da Campanha Gaúcha, principalmente a partir de 1966 e 1967.

Assim, estruturou-se uma nova organização espacial na Campanha Gaúcha, e a atividade principal (criação extensiva) cede espaços à agricultura (lavoura empresarial).

No período pós-1968, através do modelo exportador nacional, ocorreu a retomada do desenvolvimento da lavoura empresarial, via cultivo da soja. (BEZZI, 1985)

Esse produto, associado ao trigo, formou o binômio trigo/soja e promoveu a retomada do desenvolvimento agrícola no Estado, devido às facilidades de comercialização e aos processos tecnológicos utilizados na lavoura, aliados aos incentivos governamentais.

O avanço da lavoura empresarial enfraqueceu o equilíbrio existente entre os outros dois segmentos produtivos - pecuária

tradicional e agropecuária colonial. Com a inexistência de terras virgens, devido ao fechamento da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul, ocorrido após a década de 40, a lavoura empresarial se estabeleceu nas áreas de pecuária, através do arrendamento, e, na área colonial, pela substituição dos produtos antes cultivados ou pela própria expulsão dos agricultores coloniais de suas propriedades.

A respeito da influência da lavoura empresarial, notadamente do binômio trigo/soja sobre os pequenos agricultores, a FEE (1987: 92) destaca:

"O sucesso dessas duas culturas provoca, ainda, um deslocamento de outras, com reduções de áreas e abandono do cultivo, já que a atração da soja e do trigo se torna muito forte para os pequenos agricultores".

Por outro lado, a pecuária tradicional, durante o mais recente padrão de acumulação (1956-75), teve um comportamento dividido em três fases: a) até 1973, data do fechamento do mercado europeu, teve a função de gerar divisas à industrialização; b) a perda de parcelas do mercado nacional para os produtores da Região Centro-Oeste contribuiu para que a pecuária gaúcha participasse cada vez menos da função redutora do custo de reprodução da força de trabalho nacional; c) a expansão da lavoura empresarial sobre áreas de pecuária tradicional possibilitou aos proprietários a renda fundiária pela cessão do uso do solo. (FEE, 1978)

A expansão da lavoura empresarial, em áreas de domínio da pecuária, ocorreu em virtude do fechamento da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul na década de 40/50.

Desse modo, a inexistência de terras devolutas forçou os

agricultores a buscarem novas alternativas para a expansão da lavoura empresarial, o que se deu, principalmente, pela incorporação de terras da pecuária.

Entretanto, houve resistência por parte do setor pecuário, ou seja, justamente aquele segmento agropecuário que teria disponibilidade de permitir a reestruturação espacial. Pôde-se constatar, desse modo, a resistência do velho ao novo, defrontando-se forças opostas: enquanto os pecuaristas tentam manter sua hegemonia, os produtores agrícolas buscam uma nova reorganização espacial.

Segundo a FEE (1978: 39):

"Em face da subutilização das terras da pecuária decorrentes da forma extensiva de exploração que a caracteriza, o latifúndio pastoril pôde ceder parte de seu território sem sacrificar sua produção. Diante da afluência das culturas de arroz e soja, contudo, assistiu-se a uma notável valorização da terra".

Desse modo a despecuarização espacial ocorreu em áreas de pecuária tradicional, alicerçada, principalmente, no arrendamento e na parceria.

3. EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL

Na análise evolutiva do setor agrícola, o qual caracteriza a base da economia gaúcha, faz-se necessário apreender sua dinâmica dentro do modelo de desenvolvimento regional.

Desse modo, como a lavoura de arroz ocupa grande área da MRH-321, laboratório desse estudo, analisar-se-á a evolução dessa lavoura procurando apreender o comportamento do arrendamento e da

reorganização espacial (despecuarização) ocorrida no município e articulando, assim, a atividade tradicional (pecuária) a uma forma de produção moderna (agricultura empresarial).

Ressalta-se que o processo de despecuarização, nessa área, é resultante também da penetração de outras culturas, como a soja e o trigo. Entretanto, por razões históricas e tradicionais, o arroz é o primeiro produto da lavoura empresarial nesse município e no Rio Grande do Sul.

A rizicultura gaúcha surgiu com a função de produzir para o mercado nacional e caracterizou-se pelas seguintes peculiaridades: o predomínio do trabalho assalariado; a separação do arrendatário-capitalista do proprietário de terras na organização do processo produtivo; a formação da renda fundiária capitalista; a utilização de meios de produção agrícolas industriais e a produção destinada basicamente aos mercados consumidores urbanos.

As principais causas que provocaram o desenvolvimento da rizicultura foram: o crescimento do mercado consumidor da cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do século XX, e a tributação do arroz estrangeiro, de caráter protecionista (a partir de 1896).

O crescimento do mercado consumidor do Rio de Janeiro esteve ligado ao grande aumento populacional em fins do século XIX. Esse fato resultou da imigração estrangeira que, no Rio de Janeiro, ao contrário do que ocorreu em outros estados, dirigiu-se principalmente para a zona urbana; deveu-se, também, à migração de ex-escravos do campo para a cidade, em virtude do esgotamento do

solo do Vale do Paraíba, o que provocou uma queda na produção de café e alimentos.

Esse crescimento urbano acentuado provocou, portanto, um aumento na importação de produtos alimentícios, sobretudo arroz, de outras províncias do País e também do exterior.

Diferentemente do Rio de Janeiro, São Paulo, além de ter uma população urbana quase duas vezes menor, possuía uma produção de alimentos suficiente para atender à demanda interna, uma vez que os produtos alimentares eram cultivados entre os cafezais e nas roças próximas.

A adoção de tarifa alfandegária, a partir de 1896, foi uma medida para equilibrar a balança de pagamentos, que, na época, apresentava grandes déficits devido aos gastos governamentais de apoio à lavoura exportadora.

A tributação das importações de arroz estrangeiro foi responsável pela elevação do preço do produto importado, contribuindo, desse modo, como um estímulo à produção nacional.

Segundo BESKOW (1986: 37):

"...esta política tarifária de efeitos gravosos para a importação, constituiu-se em um fator de estímulo à produção interna de bens até então importados, devido ao aumento dos preços internos e da lucratividade da produção interna destes produtos, incentivando também a produção de arroz no Rio Grande do Sul".

O cultivo do arroz no Rio Grande do Sul já estava presente antes mesmo do aumento do mercado consumidor urbano nacional e das tarifas de importação. Foi introduzido no Estado, em meados do século XVIII, com o início da colonização açoriana, quando era cultivado como produto de subsistência. Os

colonizadores alemães também cultivavam o arroz para consumo familiar, mas, a partir de 1842, o excedente produzido passou a atender o mercado regional.

Nas regiões coloniais, o arroz era cultivado nos vales dos rios Santa Maria, Jacuí, Pardo e Pardinho, mas a produção em moldes capitalistas surgiu na Depressão Central (Cachoeira do Sul e Guaíba) e no Litoral Ocidental da Lagoa dos Patos (Pelotas, São João Batista e Dores de Camaquã).

Desde o início da rizicultura gaúcha em moldes empresariais, o arrendamento se fez presente.

O arrendamento capitalista na rizicultura proporcionou a formação de três classes sociais: o proprietário fundiário, que cede temporariamente suas terras ou parte delas em troca da renda fundiária, o capitalista agrícola/arrendatário, que usufrui a terra cedendo parte de seus lucros ao proprietário, e aos assalariados rurais. (BESKOW, 1986)

Com a consolidação e desenvolvimento da rizicultura, sua expansão se projetou também sobre áreas de pecuária da Campanha Gaúcha, proporcionando aos pecuaristas a alternativa de, nos períodos de crise na pecuária, arrendar suas terras. A propósito disso, diz BESKOW (1986: 49):

"...a alternativa de arrendar terras para os lavoureiros de arroz sempre se apresenta com mais intensidade, em face de ser mais lucrativa a atividade de rentista no cultivo de arroz do que de criador de gado".

A força de trabalho ocupada na rizicultura era bastante significativa, especialmente no período de colheita. A maior parte era constituída de mão-de-obra temporária e provinha de regiões

serranas próximas, principalmente de zonas agrícolas policultoras, cujos proprietários necessitavam complementar sua renda familiar vendendo sua força de trabalho na época de maior demanda de emprego.

Os trabalhadores temporários também eram recrutados nas periferias de cidades próximas, vilas ou povoados, onde sempre havia aqueles que se dispunham a vender sua força de trabalho em certos períodos do ano.

O assalariado permanente, em menor número que o temporário, fica no estabelecimento o ano inteiro, ocupado com a manutenção dos equipamentos, reparos e construção de benfeitorias e, até mesmo, sendo responsável pelos serviços de administração.

Atualmente, com o aumento do uso de máquinas e equipamentos agrícolas modernos, acredita-se que o número de assalariados temporários na agricultura tenha diminuído.

Vale observar que o desenvolvimento excepcional da rizicultura gaúcha seria impossível ou, pelo menos, dificultado, se o Rio Grande do Sul não possuísse os recursos naturais de que dispõe, entre eles: os inúmeros mananciais d'água (rios, lagoas e açudes); as vastas planícies, que facilitam a irrigação e a mecanização, além dos solos férteis, condições essenciais para uma agricultura intensiva e moderna.

A periodização da lavoura rizícola preocupa-se com a relação entre a produção arrozeira e a economia nacional. Segundo BEKOW (1986), a evolução dessa cultura apresenta seis fases distintas.

A primeira fase corresponde ao desenvolvimento inicial da lavoura orizícola - 1909/1927. Nessa etapa, o Rio Grande do Sul

umenta sua participação na produção nacional de arroz irrigado, em face do aumento do mercado consumidor nacional, sobretudo urbano; além disso, participa na exportação, aproveitando as condições favoráveis dos mercados externos importadores de alimentos, por ocasião da 1ª Guerra Mundial.

No período 1909/10 - 1919/20, a sua contribuição, no total da produção nacional, cresceu de 2 para 14%; entre 1919/20 e 1926/27, após a guerra, a produção continua a crescer, aumentando para 72%. (BESKOW, 1986)

Em 1926 ocorreu a primeira crise da cultura arrozeira, motivada pela queda das exportações para a Argentina e Uruguai; essa queda deveu-se ao aumento da concorrência da produção paulista e também à política deflacionista que, com suas consequências recessivas, veio a prejudicar a comercialização do arroz gaúcho tanto para o mercado interno como externo.

A segunda fase ocorre com a criação, em 1926, do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, origem do atual Instituto Rio-Grandense do Arroz.

A criação do Sindicato Arrozeiro, que obteve o apoio dos governos estadual e federal, teve por objetivo, segundo BESKOW (1986: 80):

"... a sustentação e a ampliação das condições de reprodução da economia capitalista arrozeira do Rio Grande do Sul, desde as atividades de padronização, classificação e introdução de novas variedades de cultivos, até políticas de garantia de um preço mínimo que cobrisse os gastos de produção proporcionando uma certa taxa de lucro que tornasse atrativa a produção arrozeira, e de centralização da oferta para forçar aumento de preços nos mercados, bem como de ampliação dos

mercados externos, via subsídios a exportações".

A terceira fase abrange um período de estagnação desse produto e ocorre de 1928/1937. Nesse período, a produção manteve-se praticamente constante, e a área cultivada sofreu uma pequena redução, caracterizando-se, assim, a estagnação da rizicultura gaúcha.

No ano de 1931, ocorreu a segunda crise do arroz, motivada pela queda dos preços.

A estagnação da rizicultura esteve ligada à crise econômica mundial de 1929, que influenciou decisivamente na economia nacional, prejudicando tanto as exportações de arroz como a comercialização no mercado interno.

As exportações, nesse período, tiveram maior importância devido à retração do mercado interno. Os mercados internacionais que mais importaram arroz do Rio Grande do Sul foram Argentina e Uruguai, além de outros países europeus, em menor quantidade.

Já a quarta fase corresponde à segunda expansão e predomina no período de 1938/1954. Nessa etapa, houve uma ascensão da rizicultura gaúcha, acompanhando o crescimento da produção agrícola destinada ao mercado interno, que apresentou um grande crescimento entre 1939 e 1957.

Ressalta-se que esse período apresenta-se dividido em dois momentos: o primeiro, de 1938 a 1946, e o segundo, de 1947 a 1955.

No primeiro momento - 1938/46 - a rizicultura do Rio Grande do Sul apresentou um grande crescimento, quase dobrando a produção, passando de 324 198 t para 628 224 t. (BESKOW, 1986)
Esse rápido crescimento deveu-se a dois fatores: 1)

durante a 2ª Guerra Mundial, vários países produtores e exportadores de arroz passaram a ter dificuldades no fornecimento externo e até mesmo de abastecimento interno, o que possibilitou ao Rio Grande do Sul a abertura de mercados consumidores, entre eles a Argentina e o Uruguai; 2) a queda na produção de arroz de outros estados permitiu ao Rio Grande do Sul a ampliação do mercado interno para a sua produção.

A consolidação da cultura do arroz, no Rio Grande do Sul, foi beneficiada pelo financiamento do custeio agrícola pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A. (CREAI/BB), através de programa de crédito rural subsidiado, a partir de 1940. Esse financiamento, a juros baixos (8% ao ano), permitiu ao agricultor o acesso ao capital para o cultivo, colheita e transporte da produção. (BESKOW, 1986)

A garantia do empréstimo estava vinculada à colheita e meios de produção, o que favorecia o arrendamento capitalista já que o proprietário fundiário não necessitava das suas terras como garantia.

A grande expansão da cultura arrozeira também está relacionada com o modelo econômico baseado no setor de bens de produção, principalmente da indústria de base.

Esse incremento da indústria de bens de produção gerou um grande aumento da força de trabalho assalariada urbano-industrial, tornando necessário o aumento da produção de bens de consumo não duráveis, além do aumento da produção alimentar, para suprir as necessidades do mercado interno.

No segundo momento - 1947/1955 - apesar da produção

arrozeira continuar aumentando, os níveis de crescimento são inferiores aos da primeira fase. O apoio à indústria de bens de produção, aliando a uma política de substituição de importações, favoreciam o aumento da força de trabalho e, conseqüentemente, do mercado consumidor interno; assim, necessitou-se aumentar a produção de bens de consumo não duráveis, inclusive de alimentos. Tudo isso não bastou, porém, para que a rizicultura gaúcha continuasse a crescer como no período anterior.

A quinta frase corresponde à segunda estagnação e ocorre de 1955 a 1967. Nesse período, o crescimento da lavoura arrozeira foi bem menor que no interior. A área cultivada cresceu 15% e a produção 30%, o que reflete um maior crescimento na produtividade física da área. (BESKOW, 1986) Tal fato deveu-se à mudança do padrão nacional de desenvolvimento, que passou a ser centrado nos bens de consumo duráveis, causando uma estagnação na lavoura empresarial.

Essa política de incentivo à industrialização e à infraestrutura necessária, baseada na concentração de capital, provocou o achatamento salarial, prejudicando os setores agrícola e industrial, produtores de bens de consumo de massa.

Outro fator prejudicial ao desenvolvimento da lavoura arrozeira gaúcha foi o aumento na produção de arroz dos estados de Goiás, Maranhão e Mato Grosso, que passaram a concorrer com o Rio Grande do Sul nos maiores mercados nacionais.

A última fase enfocada a terceira expansão do arroz, ocorrida entre 1968 e 1977. Nesse período, a lavoura arrozícola teve grande desenvolvimento, aumentando sua produção de 1.177.828 t para 2.052.942 t. (BEKOW, 1986)

O crescimento do emprego e da "massa global de salários", causado pelo processo de industrialização, foi o principal fator de desenvolvimento da lavoura empresarial.

O apoio financeiro à pesquisa e assistência técnica às atividades agrícolas contribuiu para a modernização da agricultura, através da utilização de máquinas e insumos de origem industrial, principalmente das culturas destinadas à exportação, destacando-se entre elas a soja.

A cultura arrozeira gaúcha também se beneficiou dessa política, aumentando a produção, área cultivada e produtividade física, através do emprego de máquinas, adubos, fertilizantes e outros insumos de origem industrial.

4. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL E EM URUGUAIANA

A modernização da agricultura acarreta profundas transformações no meio rural, afetando direta e indiretamente os meios de produção.

Conforme PAIVA (1976: 18):

"... modernização é o processo de melhoria da agricultura pela adoção de técnicas modernas e, ..., técnica moderna é a que objetiva alcançar, maior produtividade em termos físicos e econômicos".

O avanço científico provocou o aprimoramento de técnicas relativas à mecanização, irrigação, insumos modernos, etc., o que contribuiu para o aumento da produtividade e a formação de excedentes.

Conseqüentemente, o excedente agrícola gerou a transformação da agricultura "atrasada" em uma agricultura capitalista.

Segundo BESCOW (1986: 142):

"... a mecanização das etapas da produção agrícola revela o processo de industrialização da agricultura, expresso na crescente utilização de meios de produção de origem industrial, reflexo do aprofundamento da divisão interna do trabalho entre cidade e campo, indústria e agricultura".

Assim, coube à agricultura a tarefa de transformar-se rapidamente, aumentando a eficiência produtiva, via modernização tecnológica.

Desse modo, em meados da década de 60, lançavam-se as bases de um projeto ambicioso para a agricultura brasileira. Essencialmente, pretendia-se alterar radicalmente a estrutura de produção agrícola, equiparando-a à agricultura dos países já desenvolvidos em matéria de produtividade e rentabilidade.

Os recursos financeiros proporcionados pelo governo deram um impulso à compra de máquinas, sementes e insumos. Sem dúvida, essas medidas tiveram efeito notável na modificação da base produtiva agrícola, particularmente na Região Centro-Sul.

O domínio tecnológico iniciou-se com o uso maciço dos tratores. No Estado, o número de tratores vem aumentando continuamente: de 1940 a 1950, o crescimento foi de 1141 unidades; de 50 a 60 foi de 12 924; de 60 a 70 aumentou em 24 824; no quinquênio 70/75, o aumento foi de 37 261; de 75/80, o número de tratores aumentou em 42 816 unidades. Assim, o aumento, no decênio 70/80, foi de 80 077 unidades, mais que o triplo da década anterior. (Tabela 1)

No município, o aumento do número de tratores foi de 46 na década de 40/50, 347 entre 50/60, 248 de 60/70 e, no decênio 70/80, aumentou 971 unidades. (Tabela 1)

Nota-se que o crescimento inicial da mecanização no Rio Grande do Sul e em Uruguaiana se efetuou no final da década de 40. Mas, devido à crise internacional (1930 até o final da 2ª Guerra Mundial), restringiu-se, nesse período, às importações de máquinas e instrumentos agrícolas.

Analisando-se o crescimento percentual dos tratores, nota-se que, apenas na década de 40/50, Uruguaiana apresentou um ritmo superior (153,33%) ao do Estado (103,35%). Nos períodos posteriores, o crescimento percentual no Estado foi de 575,68% em 50/60; 163,65% em 60/70; 93,17% em 70/75 e 55,42% em 75/80. No Município, o crescimento percentual após 1950 apresentou um ritmo inferior ao do Estado, com 456,58% em 50/60; 58,62% em 60/70; 58,72% em 70/75 e 54,18% em 75/80. (Tabela 1)

Justifica-se o maior crescimento percentual de Uruguaiana, na década 40/50, devido ao processo de adoção da mecanização já estar introduzido no Município, pois a mecanização da agricultura gaúcha teve início com a lavoura arroteira.

Entre os fatores propulsores da expansão da mecanização no Rio Grande do Sul e em Uruguaiana, destacam-se a implantação na primeira metade da década de 60, da indústria de tratores e implementos agrícolas, o que veio facilitar a sua aquisição pelos agricultores; os incentivos dos mercados internos e externos, associados às políticas governamentais de apoio às lavouras capitalistas, através da redução das taxas de juros, aumento dos prazos de financiamento para aquisição de máquinas e implementos

agrícolas e os incentivos ao uso de insumos modernos.

Outro fator que ajudou nesse sentido foi o fechamento da fronteira agrícola gaúcha dificultando a expansão da lavoura capitalista externa. Nesse caso, o aumento da produção pôde ser alcançado através da modernização e, conseqüentemente, com o aumento de produtividade.

Através da análise do percentual de crescimento do número de tratores, nota-se que, tanto no Estado como no Município, o ritmo de crescimento tende a diminuir futuramente

TABELA 1 - Equipamentos Agrícolas - Rio Grande do Sul e Uruguaiana. 1940-80

| Ano | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1975 | 1980 |
|-----------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| UNIDADE | | | | | | |
| U trato- R res | 30 | 76 | 423 | 671 | 1.065 | 1.642 |
| U G U arados | 1.294 | 1.384 | 1.190 | 1.242 | 1.225 | 1.364 |
| A I colhei- A tad. | - | - | - | 157 | 278 | 437 |
| N A | | | | | | |
| R trato- res | 1.104 | 2.245 | 15.169 | 39.993 | 77.254 | 120.070 |
| S arados | 222.657 | 312.001 | 410.284 | 641.976 | 663.693 | 681.096 |
| colhei- tad. | - | - | - | 18.619 | 21.437 | 35.855 |

FORNTE: FIBGE. Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

- = dados inexistentes

devido ao fato de o mercado já estar praticamente saturado, pois a adoção da mecanização foi muito intensa na década de 60/70. Destaca-se, também, o fato de que os agricultores preferem diminuir o número de tratores, substituindo-os pelos de maior potência. Além disso, os agricultores sem muitas posses preferem, em virtude dos altos preços, alugar os tratores nos períodos de maior necessidade, ao invés de adquiri-los por compra.

O número de arados, no Rio Grande do Sul, apresentou um crescimento elevado em todo o período analisado; o maior crescimento anterior, verificado de 40 a 70, é apenas relativo, uma vez que, nesse período, os censos não estabelecem diferenças entre arados de tração animal e mecânica. Entre 70/80, ocorre um decréscimo de 9,88% no número de arados de tração animal no Estado; no Município, o decréscimo é mais significativo, diminuindo 62,96% nesse mesmo período. (Tabela 1)

Com os arados de tração mecânica, ocorre o inverso, aumentando, na década de 70/80, 265% no Estado e 104% no Município.

Dessa forma, enquanto aumenta o número de arados de tração mecânica, diminuem os de tração animal, comprovando-se, assim, o avanço da mecanização no espaço agrário do Rio Grande do Sul e em Uruguaiana. (Tabela 1)

Quanto às colheitadeiras, elas detiveram um aumento de 17.236 unidades, no Estado, na década de 70/80. No Município, nesse mesmo período, o aumento foi de 280 unidades, o que corresponde a um crescimento percentual de 92% e 178%, respectivamente. (Tabela 1)

O crescimento no número de tratores, arados e

colheitadeiras é consequência do processo de adoção da modernização que se efetuou a partir da década de 50, no estado gaúcho. Entretanto, é em fins da década de 60 que esse processo se intensifica: devido ao crescimento da lavoura empresarial, em virtude do padrão econômico baseado na produção de bens duráveis e de exportação, a agricultura, com a função de gerar divisas, passou a utilizar máquinas, equipamentos agrícolas e insumos modernos.

Desse modo, conforme planejado, toda a técnica que passou a dominar a produção agrícola veio favorecer a indústria, principalmente as empresas multinacionais, tendo em vista o aumento significativo da demanda por máquinas e insumos, que passaram a ser produzidos pelo parque industrial instalado no País.

Assim, como a mecanização, o uso de insumos modernos (adubos e corretivos, sementes e mudas, inseticidas e fungicidas), também vem sofrendo um crescimento constante, sobretudo a partir de 1960, em virtude dos subsídios governamentais de apoio à agricultura de matérias-primas de exportação. (Tabela 2)

Analisando-se as despesas no Rio Grande do Sul, nota-se que aquelas destinadas aos insumos modernos apresentam um crescimento constante no Estado. Em 1940, essas despesas, em relação às despesas totais, foram de 11,62%; em 50, 12,97%; em 60, 20,82%; em 70, 26,54%; em 75, 34,39% e em 80, 31,30%. (Tabela 2)

Em Uruguaiana, o crescimento das despesas com insumos também foi crescente, representando, em 1940, 6,70%; em 50, 9,43%; em 60, 10,72%; em 70, 7,32%; em 75, 15,63% e em 80, 21,76%. (Tabela 3)

A crescente utilização de insumos industriais decorre do intenso processo de modernização da agricultura que se efetuou no Rio Grande do Sul e, também, em Uruguaiana.

Com o desenvolvimento tecnológico, tanto da indústria como da agricultura (após a década de 60), desenvolveram-se os meios de produção, transformando as antigas atividades não capitalistas em explorações modernas, que propiciaram a acumulação de capital.

O progresso técnico também provocou alterações em relação ao emprego, salário e sobre os investimentos.

Quanto à força de trabalho, nota-se que, no Rio Grande do Sul, durante o período de 1940 a 1990, prevalece a mão-de-obra familiar; em 80, equivale a 85,96% do total da mão-de-obra ocupada no meio rural, enquanto que o restante (14,04%) fica dividido entre as outras classes de força de trabalho. (Tabela 4)

No Município, a mão-de-obra familiar corresponde a 33,16% em 80, enquanto que o restante (66,83%) corresponde às outras classes de mão-de-obra. Mas, em Uruguaiana, a força de trabalho que predomina, ao contrário do que ocorre no resto do Estado, é a dos assalariados permanentes, com 46,92% do total. (Tabela 4)

No Rio Grande do Sul, a mão-de-obra familiar teve um comportamento variado, pois, em 1940, correspondia a 85,98% do total da força de trabalho, decrescendo, em 50, para 80,32% e apresentando um acréscimo nos períodos de 60 e 70, com 85,18%, e 90,88%, respectivamente. A partir de 70, volta a decrescer, apresentando, em 75, 89,91% e, em 80, 85,96%. (Tabela 4)

TABELA 2 - Despesas Rio Grande do Sul. 1940-80

| CLASSE ANO \ | TOTAL | SALARIO | ADUBOS CORRETIVOS E MUDAS | E SEMENTES E MUDAS | INSETICIDAS E FUNCIGIDAS | MEDICAMENTOS DE ANIMAIS | ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS |
|-----------------|-------|---------|------------------------------|-----------------------|-----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| 1940 | 100% | 33,96% | * 1 11,62% | - | - | - | 20,65% |
| 1950 | 100% | 20,54% | 3,18% | 7,65% | 2,14%? | - | - |
| 1960 | 100% | 19,32% | 7,70% | 9,02% | 4,10% | - | 18,71% |
| 1970 | 100% | 11,64% | 15,19% | 8,36% | 2,99% | 4,33% | 10,84% |
| 1975 | 100% | 7,67% | 22,34% | 7,85% | 4,20% | 2,87% | 6,62% |
| 1980 | 100% | 8,93% | 18,43% | 7,87% | 5,00% | 3,51% | 16,02% |

FONTE: FIBGE. Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

* 1 Estão incluídos adubos e fertilizantes, sementes e mudas, inseticidas e fungicidas.

- = dados inexistentes

TABELA 3 - Despesas - Uruçuquema. 1940-80

| CLASSE ANO \ | TOTAL | SALARIO | ADUBOS CORRETIVOS E MUDAS | E SEMENTES E MUDAS | INSETICIDAS E FUNCIGIDAS | MEDICAMENTOS DE ANIMAIS | ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS |
|-----------------|-------|---------|------------------------------|-----------------------|-----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| 1940 | 100% | 31,30% | * 1 6,70% | - | - | - | 31,23% |
| 1950 | 100% | 26,23% | 0,26% | 3,60% | 5,57%? | - | - |
| 1960 | 100% | 28,02% | 2,40% | 6,58% | 1,74% | - | 15,61% |
| 1970 | 100% | 17,67% | 2,64% | 3,94% | 0,74% | 12,47% | 3,54% |
| 1975 | 100% | 14,74% | 7,79% | 5,81% | 2,03% | 5,99% | 3,55% |
| 1980 | 100% | 12,99% | 10,22% | 7,63% | 3,91% | 4,97% | 3,39% |

FONTE: FIBGE. Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

* 1 Estão incluídos adubos e fertilizantes, sementes e mudas, inseticidas e fungicidas.

- = dados inexistentes

A mão-de-obra assalariada permanente, no Estado, decresce nos períodos de 50 e 60, apresentando 4,87% e 4,26%, respectivamente. A partir de então, mostra um crescimento positivo com 4,39% em 70, 4,64% em 75 e 6,35% em 80. (Tabela 4)

Já os assalariados temporários, no Estado, tiveram dois períodos distintos: o primeiro, com crescimento negativo, de 1950 a 1970, apresentando 10,50% em 50; 8,94% em 60 e 3,42% em 70. No segundo período, tiveram um crescimento positivo de 3,42% em 70; 4,44% em 75 e 6,52% em 80. (Tabela 4)

Em Uruguiana, a mão-de-obra familiar teve um comportamento semelhante ao do Estado, mas com índices menores, apresentando um crescimento negativo de 1940 a 1950 com 55,79% e 33%, respectivamente. Posteriormente, teve um crescimento positivo, apresentando 39,33% em 1960 e 44,25% em 1970; após 70, volta a decair, apresentando 36,30% em 75 e 33,16% em 80. (Tabela 4)

Os assalariados permanentes, no Município, tiveram um crescimento em 1950, 1960 e 1970, apresentando 31,80%, 32,35% e 45,99%, respectivamente, decaindo sua participação relativa em 75, com 41,88%, e crescendo em 80 para 46,92%. (Tabela 4)

Os assalariados temporários, em Uruguiana, decresceram de 1950 a 1970, variando entre 34% em 50, 22,84% em 60 e 8,96% em 70; apresentaram um crescimento significativo em 70, com 21,31%, e voltaram a decrescer em 80, com 18,21%. (Tabela 4)

A predominância da mão-de-obra assalariada está diretamente ligada à expansão do capitalismo na agricultura rio-grandense e de Uruguiana, pois o avanço da agricultura empresarial provocou a expropriação dos pequenos produtores, que,

TABELA 4. - Força de Trabalho no Rio Grande do Sul e Uruguiana
1940 - 80

| FORÇA DE TRABALHO | 1940 | | 1950 | | 1960 | | 1970 | | 1975 | | 1980 | |
|-------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | RS | URUG. | RS | URUG. | RS | URUG. | RS | URUG. | RS | URUG. | RS | URUG. |
| FAMILIAR | 85,98% | 55,79% | 80,32% | 33,00% | 85,18% | 39,33% | 90,88% | 44,25% | 89,91% | 36,30% | 85,96% | 33,16% |
| A. PERMANEN. | - | - | 4,87% | 31,80% | 4,26% | 32,35% | 4,39% | 45,99% | 4,64% | 41,88% | 6,35% | 46,92% |
| A. TEMPORAR. | - | - | 10,50% | 34,00% | 8,94% | 22,84% | 3,42% | 8,96% | 4,44% | 21,31% | 6,52% | 18,21% |
| PARCEIRO | - | - | 4,31% | 1,20% | 1,05% | 1,09% | 0,89% | 0,21% | 0,66% | 0,12% | 0,81% | 0,52% |
| OUTRA COND. | - | - | - | - | 0,57% | 1,45% | 0,42% | 0,48% | 0,35% | 0,38% | 0,36% | 1,18% |

FONTE: FIEGE. Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

- = dados inexistentes

para sua sobrevivência ou complementação de sua renda, foram obrigados a vender sua força de trabalho.

Nota-se que a cultura arrozeira é responsável por grande parte dos assalariados empregados na agricultura. Uma vez que essa lavoura se desenvolve em moldes empresariais e em virtude de seu alto grau de mecanização, ela necessita mais intensamente de mão-de-obra, principalmente temporária, nos períodos de plantio e colheita.

Em Uruguaiana, a participação dos assalariados permanentes é bastante expressiva devido a dois fatores: a mecanização, que necessita de mão-de-obra qualificada, e o binômio trigo/soja, que proporciona uma estabilidade no emprego. Deve-se destacar, também, que a pecuária, embora mantendo sua importância na economia municipal, necessita de assalariados permanentes devido às atividades a ela ligadas. Assim, tanto na agricultura como na pecuária, estabeleceu-se o de força de trabalho. (Tabela 4)

Entretanto, presume-se que a diminuição dos assalariados temporários, entre 75 e 80, deve-se ao fato de que, passado o período de introdução e desenvolvimento da lavoura arrozeira, que se associou ao processo de racionalização da pecuária e, também, do binômio trigo/soja, ocorreu uma estabilização das atividades, isto é, foi favorecida a permanência dos trabalhadores nos estabelecimentos durante todo o ano, pois a multiplicação das atividades (lavouras, pastagens, mecanização, etc.) contribuiu para a fixação desse tipo de mão-de-obra, embora com menores proporções que nos períodos anteriores.

O progresso técnico da agricultura também teve influência sobre os salários, pois o investimento em técnicas modernas (insumos, máquinas e equipamentos) provocou o aumento do número de tratores por hectare e a conseqüente redução do número de empregados por hectare. Esse fato provocou o aumento da mão-de-obra dispensável, forçando, dessa maneira, a redução dos salários. (Tabela 3)

Quanto às despesas com medicamentos e alimentação de animais, nota-se que, no Estado e no Município, a tendência é de queda na participação total das despesas efetuadas devido ao processo de racionalização da produção pecuarista, em virtude da maior utilização das pastagens plantadas e, também, do pastoreio, das restingas das lavouras. Soma-se a isso o manejo do rebanho nas pastagens naturais, proporcionando melhores pastos ao gado. (Tabela 3)

Em relação à variável "valor dos bens", foram levantados dados referentes às terras, máquinas e instrumentos e animais.

Quanto ao valor dos bens em terras, nota-se que tanto o Rio Grande do Sul quanto Uruguaiana apresentam as mesmas variações no decorrer dos períodos analisados. Na década de 40/50, apresentaram um crescimento percentual de 30,95% e 62,27%; em 50/60 decresceram, respectivamente, para 25,86% e 59,08% e, em 60/70, para 0,85% e 2,84%. No quinquênio 70/75, voltaram a crescer em 27,20% e 40,34%; e, no quinquênio seguinte, Rio Grande do Sul e Uruguaiana apresentaram um crescimento negativo de 12,36% e 2,67%, respectivamente. (Tabela 5)

Quanto ao valor dos bens em máquinas e instrumentos

agrícolas e animais, nota-se que os bens mecânicos acompanham a evolução percentual dos bens em terras, enquanto que o valor relativo a animais não está diretamente relacionado a essa evolução.

TABELA 5 - Valor dos Bens - Rio Grande do Sul e Uruguaiana.
1940-80

| Ano | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1975 | 1980 |
|------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| UNIDADE | | | | | | |
| U R total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| U G U terras | 52,08% | 84,51% | 49,93% | 48,51% | 68,08% | 66,26% |
| A I máq./ A ins. | 2,96% | 1,11% | 3,56% | 4,95% | 4,63% | 5,27% |
| N A animais | 36,90% | - | 37,24% | 30,09% | 14,09% | 17,35% |
| R total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| S terras | 57,68% | 75,53% | 56,00% | 55,52% | 70,62% | 61,89% |
| máq./ ins. | 2,16% | 1,75% | 3,05% | 5,85% | 5,49% | 6,77% |
| animais | 24,31% | - | 24,77% | 17,73% | 8,54% | 13,17% |

FONTE: FIBGE. Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

- = dados inexistentes

O valor das máquinas e instrumentos, associado ao valor dos bens terras, demonstra, segundo BEZZI, (1985: 114):

"... sua relação com a lavoura empresarial e sua subordinação ao processo de modernização dessa lavoura, que avança

especialmente no município".

Quanto à variável "valor dos investimentos", foram levantados os dados referentes às terras adquiridas, máquinas e instrumentos (a análise inicia-se em 1960, devido à falta de dados anteriores).

Observa-se que, quanto aos investimentos em terras adquiridas, o Rio Grande do Sul apresentou, no decorrer dos períodos analisados, índices decrescentes: de 1970 a 1975, a diminuição foi de 3,82% e, de 75 a 80, de 4,78%. Entretanto Uruguaiana apresenta, no quinquênio 70/75, um crescimento positivo de 45,13% nos investimentos em terras e, no quinquênio 75/80, um crescimento negativo de 41,90%. (Tabela 6)

Esse decréscimo nos investimentos em terras, que ocorre em Uruguaiana, no quinquênio 75/80, deve-se ao fato de que, nesse período, o Município se encontrava em processo de acomodação produtiva da área, processo esse que se manifestou anteriormente no Estado. (Tabela 6)

Com relação aos investimentos em máquinas e instrumentos, observa-se que, no Rio Grande do Sul, nos períodos de 60 a 70, os ritmos de crescimento foram sempre positivos, apresentando, na década de 60/70, 43,24% e, de 70/75, 11,05%. No quinquênio seguinte (75/80), ocorreu um crescimento negativo de 54,76%. (Tabela 6)

Entretanto, em Uruguaiana, verificou-se uma variação em todos os períodos analisados, com um crescimento percentual negativo de 35,08% em 60/70. No quinquênio 70/75, o ritmo de crescimento nos investimentos em máquinas e instrumentos foi positivo, apresentando 120,99%; já em 75/80, voltou a decair, com

34,23%. (Tabela 6)

Inferese que, no Rio Grande do Sul, o crescimento dos investimentos, máquinas e instrumentos verificado nos períodos de 60 a 75 deve-se à modernização da agricultura que se efetua na lavoura empresarial do Estado. Por outro lado, o crescimento negativo que se verificou após esse períodos está relacionado ao processo de estabilização da modernização efetuada a partir de 75

TABELA 6 - Valor dos Investimentos - Rio Grande do Sul e Uruguaiiana 1940-80

| Ano UNIDADE | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1975 | 1980 |
|----------------------------|------|------|--------|--------|--------|--------|
| U R total | - | - | 100% | 100% | 100% | 100% |
| U G terras U adquir. | - | - | - | 13,96% | 20,26% | 11,77% |
| A I máq./ A ins. | - | - | 22,38% | 14,53% | 32,11% | 21,12% |
| N A | | | | | | |
| R total | - | - | 100% | 100% | 100% | 100% |
| terras adquir. | - | - | - | 20,68% | 19,89% | 18,94% |
| S máq./ ins. | - | - | 22,50% | 32,23% | 35,79% | 16,19% |

FONTE: FIBGE. Censos Econômicos de 1940 e 1950, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

- = dados inexistentes

Em Uruguaiiana, os investimentos com máquinas e instrumentos agrícolas se efetua, via lavoura empresarial do arrozo, principalmente até 1960, quando ocorre uma estabilização nesse processo, que torna a se intensificar a partir de 70, om o binômio trigo/soja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço rio-grandense esteve constantemente ligada aos interesses da economia mundial, com uma situação periférica aos centros de decisão.

O processo de despecuarização e sua importância espacial e econômica fundamenta-se na lavoura empresarial, surgida com o avanço do capitalismo no campo, caracterizada pelo uso intensivo de máquinas e insumos de origem industrial, inovações que promovem a modernização conservadora da agricultura em Uruguaiiana. Todavia, a modernização agrícola que se efetivou no Estado e no Município correspondeu a um processo que intensificou a utilização de técnicas de cultivo voltadas para o aumento da produtividade; ao mesmo tempo, porém, essa modernização alterou profundamente as relações de trabalho existentes no meio rural, seja diretamente, pela expulsão dos pequenos agricultores em virtude de sua incapacidade de competir com o grande capital e de resistir à atração, à primeira vista benéfica, da agricultura de exportação, seja indiretamente, pela redução dos salários e a proletarianização do trabalhador rural.

A agricultura, com o advento da lavoura empresarial,

torna-se uma atividade cada vez mais dependente do capital e subordinada à economia internacional, em virtude da variação dos preços dos produtos de exportação e, também, pela utilização de insumos e máquinas produzidos por empresas multinacionais. Tudo isso provoca a insegurança dos agricultores, sobretudo médios e pequenos, que, por serem descapitalizados, necessitam do crédito governamental e, assim, não podem esperar a valorização do seu produto, vendendo sua produção em momentos desfavoráveis a fim de saldar suas dívidas.

A despecuarização e a modernização da agricultura, ao agirem sobre o espaço rural, provocam apenas transformações na estrutura de uso do solo, enquanto que a estrutura de propriedade permanece, no decorrer de todo o processo, praticamente intocável.

6. BIBLIOGRAFIA

BESCOW, P.R. **O Arrendamento Capitalista na Agricultura: Evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul.** São Paulo, HUCITEC, 1986. 200 p.

BEZZI, M.L. **São Borja - Transformações no Espaço Agropecuário: O Processo de Despecuarização.** Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1986. 222 p. (Mest. Org. do Esp.) IGCE-UNESP.

COSTA, R.H. da. **RS: latifúndio e Identidade Regional.** Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988. 98 p. (Série Documenta, 25).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A Agricultura do Rio Grande do Sul. 25 Anos de Economia Gaúcha.** Porto Alegre, FEE, 1978, 3v.

PAIVA, R.M. et al. **Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades.** São Paulo, Forense, EDUSP, 1976.

PEREIRA, S.J. **História do Rio Grande do Sul.** Ed. 2ª, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. 141 p. (Série Revisão, 1)

RESUMO: DESPECUARIZAÇÃO ESPACIAL EM URUGUAIANA - RS: A CULTURA DO ARROZ E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Este artigo tem por objetivo principal analisar o desenvolvimento da rizicultura e as transformações espaciais produzidas pela modernização da agricultura de Uruguaiana - RS.

Para o desenvolvimento do trabalho, procurou-se resgatar o processo de ocupação do espaço rural gaúcho e apreender os principais indicadores da modernização agrária, responsáveis pelo processo de despecuarização espacial no Município.

Palavras-Chaves: ocupação do espaço; rizicultura; modernização da agricultura; despecuarização espacial.

ABSTRACT: CATTLE RAISING SPATIAL REDUCTION IN URUGUAIANA LITY - RS: THE RICECULTURE AND THE MODERNIZATION OF AGRICULTURE

The main objective of this article is to analyse the development of riceculture and the spatial transformations produced by the modernization of agriculture in Uruguaiana, RS.

We worked in order to ransom the Rio Grande do Sul rural space occupation process and apprehend the main indicators of agricultural modernization, which are responsible for the process of cattle raising spatial reduction in the municipality.

Key-Words: space occupation; riceculture; agricultural modernization; cattle raising spatial reduction.